

Fontes e bibliografia

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual; *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 23 (25 de julho de 1975, p. 579); Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e Museu Municipal (organização), jornal *Vasco Moniz. Comemorações do centenário do nascimento*, Vila Franca de Xira, 2013.

MONTEIRO, Alcides Strecht (1910-1977)



Nasceu em Fiães, distrito de Aveiro, a 2 de abril de 1910, vindo a falecer a 14 de junho de 1977, em Lisboa. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, exerceu advocacia em escritório próprio. Desde cedo envolvido nas lutas contra a ditadura, esteve no Movimento de Unidade Democrática (MUD) e participou ativamente nas campanhas eleitorais da oposição, de Norton de Matos e de Humberto Delgado, tendo sido candidato a deputado em 1965 e 1969 e integrando a Ação Socialista Portuguesa. Militante do Partido Socialista, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte, a 25 de abril de 1975, pelo círculo de Aveiro. Exerce o cargo de deputado à Assembleia da República na I Legislatura até falecer, a 14 de junho de 1977. Por proposta do deputado socialista Raul Rêgo, é aprovado um Voto de pesar pelo seu falecimento e realizado um minuto de silêncio por sugestão do deputado Olívio França, do PPD. É condecorado com o grau de Comendador da Ordem da Liberdade, a título póstumo (1985), pelo presidente da República Ramalho Eanes.

Pedro Marques Gomes

Fontes e bibliografia

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual; Arquivo Histórico Parlamentar, *Diário da Assembleia Constituinte*.

Sítios na internet: Presidência da República, Ordens Honoríficas Portuguesas.

MONTEIRO, Álvaro (1909-1982)



Filho de António Maria Monteiro e de Rosária da Conceição Monteiro, nasceu em Alhais, Vila Nova de Paiva, distrito de Viseu, em 17 de fevereiro de 1909, e morreu em 8 de novembro de 1982. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, exerceu advocacia, tendo igualmente desempenhado funções como subdelegado do

procurador da República na Comarca de Viseu. Integrou o Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados. Enquanto empresário agrícola, foi presidente da Cooperativa Agrícola dos Fruticultores da Beira Alta. Opositor à Ditadura Militar e ao Estado Novo, participou ativamente na contestação estudantil na década de 20, sendo eleito, em 1927, para a direção do Centro Republicano Académico. Foi um dos fundadores, em 1942, com Mário Cal Brandão, Gustavo Soromenho, António de Macedo, José e Vitorino Magalhães Godinho, entre outros, do Núcleo de Doutrinação e Ação Socialista. Ainda na década de 40, integrou o Movimento de Unidade Democrática (MUD), exercendo a vice-presidência das comissões distritais desta organização de oposição ao regime salazarista. Apoiante das candidaturas à presidência da República do general Norton de Matos, do almirante Quintão Meireles e do general Humberto Delgado, foi igualmente signatário, em 1961, do Programa para a democratização da República, promovido por destacadas personalidades oposicionistas como Mário de Azevedo Gomes, Fernando Piteira Santos e Mário Soares. O seu envolvimento sistemático nas iniciativas políticas da oposição resultaria na sua detenção pela PIDE, que o classificou como «elemento oposicionista muito ativo, encontrando-se sempre em todas as manifestações de caráter político contrário ao seguido pelo Estado Novo». Em 1965, foi candidato a deputado pela Oposição Democrática à Assembleia Nacional, cargo a que se recandidatou nas listas da Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), em 1969, em representação do distrito de Viseu. Em 25 de abril de 1975, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte, pelo círculo de Viseu, em representação do Partido Socialista, de cuja 5.^a Comissão, responsável pela elaboração da proposta de articulado da Lei Fundamental relativa à Organização do Poder Político, fez parte. Enquanto parlamentar, manifestou preocupação com a radicalização do processo revolucionário, denunciando os perigos de confrontação civil, que comparou à Guerra Civil de Espanha, que gerara angústia «aos democratas e socialistas de então». Em face da crise de poder vivida no outono de 1975, exortou as Forças Armadas a apoiarem o VI Governo Provisório, cuja autoridade dependia da «força coerciva» dos militares, sem a qual, «governar será imagem puramente poética». Na sequência dos acontecimentos de 25 de Novembro, esboçou uma contundente crítica às contingências impostas aos deputados constituintes pela Plataforma de Acordo Constitucional, comumente designada Pacto MFA/Partidos, considerando que o Conselho da Revolução e a Assembleia do MFA eram «dois enxertos anómalos» no projeto constitucional, não apenas «pelo peso das competências que no projeto da 5.^a Comissão lhe foram atribuídas», mas também pelas posições então assumidas por alguns dos seus elementos, que haviam ditado o seu «suicídio político». Sem denunciar a Plataforma, no que seguiu a orientação oficial do PS, considerou, porém, ser então o momento de aferir se «o povo português (...) aceita ou rejeita» a sua representação por aqueles dois organismos que, lembrou, não constavam do Programa do MFA. Foi eleito deputado à Assembleia da República, novamente nas listas do PS pelo círculo de Viseu, nas eleições legislativas de 25 de abril de 1976. Agraciado com a Comenda da Ordem da Liberdade, a título póstumo, em 1 de outubro de 1985.

Fontes e bibliografia

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual; Arquivo Histórico Parlamentar, *Diário da Assembleia Constituinte*; Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Arquivo da PIDE/DGS – SC Bol 192054 UI 8122; *Ação Socialista. Semanário do Partido Socialista*, n.º 207, 11 de novembro de 1982.

Sítios na internet: Fundação Mário Soares, disponível em: <http://www.fmsoares.pt/iniciativas/iniciativa?id=001098>, consultado em 10 de fevereiro de 2017; Ordens Honoríficas Portuguesas, disponível em: <http://www.ordens.presidencia.pt/?idc=153&list=1>, consultado em 10 de fevereiro de 2017.

MONTEIRO, Álvaro Ribeiro

(n. 1942)



Filho de Alexandre Monteiro e de Mariete Luísa Ribeiro Monteiro, nasceu em Lisboa, a 4 de setembro de 1942. Fez os estudos primários e secundários no Barreiro e, após concluir o curso de Eletrotécnica e Máquinas no Instituto Industrial de Lisboa, licenciou-se em Engenharia Mecânica no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, onde se envolveu no movimento estudantil. Opositor do Estado Novo, participou, no início da década de 60, nas Juntas de Ação Patriótica e, em 1963, vai aderir ao Partido Comunista Português. Em 1969, foi um dos fundadores da Comissão Democrática Eleitoral de Setúbal e membro da sua comissão executiva, sendo ainda candidato nas listas da CDE. Em dezembro de 1967, foi preso pela primeira vez, seguindo-se novas prisões em 1970 e em 1971. Em maio de 1969, participou no II Congresso Republicano e, em 1973, no III Congresso da Oposição Democrática, pertencendo à sua comissão nacional, e envolve-se na campanha para as eleições legislativas. Depois do 25 de Abril, foi membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Barreiro e participou na criação do MDP/CDE, de cuja comissão central e secretariado fez parte. Foi deputado do MDP/CDE pelo círculo de Setúbal à Assembleia Constituinte. Participou nos debates sobre o Regimento da Assembleia Constituinte, defendendo a proposta da sua bancada de penalizar os deputados que atentassem contra a construção do socialismo, nomeadamente com a perda de mandato. A propósito do Pacto MFA/Partidos, afirma-se como um defensor da revolução e recusa que a Assembleia Constituinte fosse usada como uma Câmara parlamentar burguesa. Em julho de 1975, participa no debate na generalidade dos projetos de Constituição. Com um discurso combativo, elogia o papel do MFA e reclama uma Constituição que reflita um processo revolucionário conducente ao socialismo liderado pelo movimento popular, não separando a construção do socialismo da organização popular em comissões de trabalhadores e de moradores, sindicatos ou assembleias populares. Combate o que considerava ser os ataques ao processo revolucionário. Lança duros ataques ao projeto de Constituição do CDS, que apelida de “grotesco”, e protagoniza um debate com José Luís Nunes, deputado do PS, que acusa o MDP/CDE de ter uma “santa aliança” com o PCP e a UDP. Subscrive várias propostas, em setembro e outubro de 1975, na discussão sobre